



Política Sondagem sobre o estado da justiça

Estudo: justiça funciona mal e a culpa é dos juizes, procuradores e governos

Estudo do IPPS-Iscte ouviu 1207 pessoas e mais de 74% dizem que justiça funciona mal. Só o SNS tem avaliação negativa próxima. Polícia, forças armadas e câmaras com nota positiva

Pedro Sales Dias

A justiça “funciona mal” ou “muito mal”, os principais responsáveis por isso são os juizes, os procuradores do Ministério Público (MP) e os governos (por esta ordem) e o sistema piorou ou ficou na mesma nos últimos cinco anos. Esta é a avaliação dos inquiridos num estudo de opinião sobre o estado actual da justiça feito para o Instituto para as Políticas Públicas e Sociais (IPPS) do Iscte.

Segundo o Relatório das Políticas Públicas 2024 - Inquérito sobre a Justiça, cerca de três quartos (74%) dos inquiridos consideram que a justiça funciona “mal” ou “muito mal”. O resultado permite ainda comparar o sistema judicial com outros sectores. Em relação à pergunta “Como acha que funcionam hoje em dia em Portugal as seguintes instituições”, só o SNS se aproxima mais da justiça em termos de percentagem de avaliações negativas (67%). O governo tem 63% de avaliações negativas, o Parlamento 59% e a administração pública 58%. Outras áreas tiveram na sua maioria avaliações positivas por parte dos inquiridos: as polícias (65%), as forças armadas (59%) e as câmaras municipais (51%).

E quem são os responsáveis por este mau funcionamento? Nos três primeiros lugares (numa escala de 0 a 10) surgem os juizes (8,0), logo seguidos pelos procuradores (7,9) e os governos (7,7). Ao longo dos anos as associações de juizes e procuradores têm criticado várias opções nas políticas de justiça, mas o poder político surge em terceiro em termos de responsabilização pelo estado do sector. Um dos coordenadores do estudo e investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Pedro Magalhães, não acredita “que a grande maioria das pessoas siga com grande atenção quaisquer trocas de críticas entre protagonistas do sistema político e do sistema judicial”. E sublinha que “seria muito surpreendente [se os inquiridos] não atribuíssem a responsabilidade por esse mau



O estudo traça um retrato negativo do sector da Justiça

funcionamento a quem tem poder para decidir e agir sobre a justiça, nomeadamente, os poderes político e judicial”.

A morosidade, a falta de eficácia e a incapacidade de evitar julgamentos em praça pública são os aspectos do funcionamento da justiça a merecer pior apreciação dos inquiridos. Num conjunto de indicadores avaliados com uma pontuação de 1 a 10, a rapidez/lentidão fica pelos 2,5, enquanto a eficácia na punição de infractores merece quatro e a questão dos julgamentos em praça pública é avaliada em 4,3. Nenhum dos oito indicadores merece apreciação positiva.

Política e justiça

A avaliação parece ler a realidade do momento político e judicial destacado na comunicação social. Entre 14 e 30 de Junho deste ano, 51 entrevistados questionaram 1207 pessoas com idade igual ou superior a 18 anos, capacidade eleitoral activa e residentes em Portugal continental. Um período em que o “caso das gêmeas”, que envolve publicamente o Presidente da República e o seu filho, continuou a marcar a actualidade, tal como as buscas no Palácio de São Bento que levaram à demissão do então primeiro-ministro António Costa e a um coro de críticas ao MP, prin-

cipalmente à actuação da procuradora-geral da República. Sem esquecer a polémica seguinte, com a primeira entrevista de Lucília Gago nos *media* antes de ser ouvida no Parlamento.

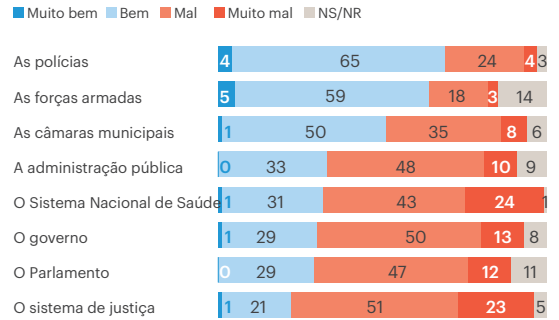
“Claro que as respostas das pessoas são fruto da percepção criada pela comunicação social. A maioria não tem contacto diário com a justiça. Não me parece, porém, que esta seja uma leitura potenciada por estes casos. Julgo que se o estudo fosse feito no passado seriam então outros casos que estariam em causa. Seria o caso de Sócrates, ou recuando mais no tempo seria o caso Casa Pia. Esta percepção é potenciada pela imagem da justiça que a comunicação social passa e que é sempre marcada por casos mais mediáticos. Não tenho memória de que a comunicação social tenha dado boas notícias sobre a justiça antes”, critica Isabel Flores, directora executiva do IPPS. E lembra a responsabilidade dos *media* neste filtro: “Acho que poderiam também mostrar os casos em que a justiça esteve bem e não apenas o que é mau, porque assim estão sempre a mostrar apenas um lado.”

Os advogados, a comunicação social, os presidentes da República e os partidos da oposição surgem com menor responsabilidade, mas mesmo assim “acima do ponto central da

Sondagem sobre o estado da justiça

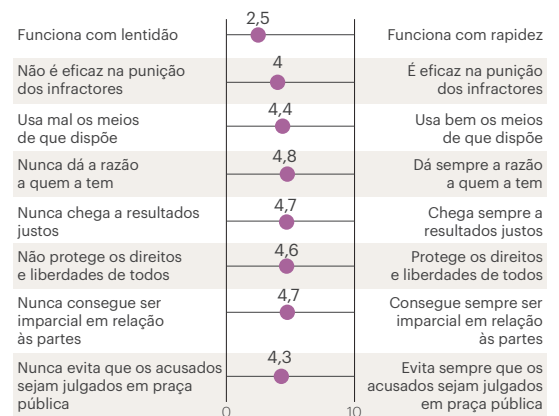
Como acha que funcionam hoje em dia em Portugal as seguintes instituições?

% em relação ao total da amostra



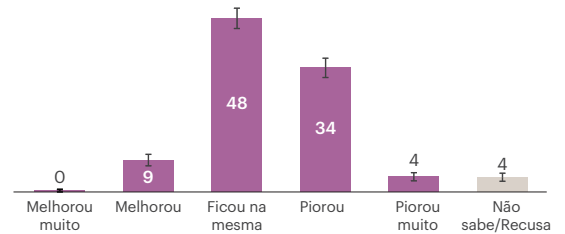
Avaliação de diferentes aspectos do funcionamento da justiça em Portugal

Média numa escala de 0 a 10, em que 0 significa avaliação mais negativa e 10 mais positiva. Inquiridos com respostas válidas



Em comparação com o que se passava há cinco anos, diria que o funcionamento do sistema de justiça em Portugal...

% em relação ao total da amostra



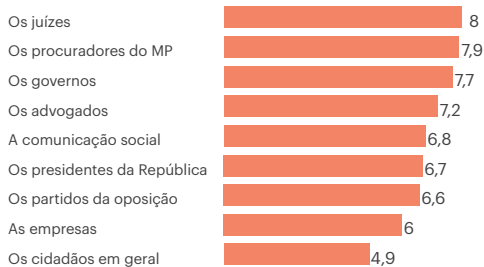
Método de Recolha de Dados

O universo da sondagem é constituído pelos indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos e capacidade eleitoral activa, residentes em Portugal Continental. Os respondentes foram seleccionados através do método de quotas, com base numa matriz que cruza as variáveis Sexo, Idade (4 grupos), Instrução (3 grupos), Região (5 Regiões NUTII 2024) e Habitat/Dimensão dos agregados populacionais (5 grupos). A partir de uma matriz inicial de Região e Habitat, foram seleccionados aleatoriamente 142 pontos de amostragem onde foram realizadas as entrevistas, de acordo com as quotas acima referidas. A informação foi recolhida através de entrevista directa e pessoal na residência dos inquiridos, em sistema CAPI (Computer Assisted Personal Interviewing). Foram

Fonte: Relatório das Políticas Públicas 2024 - Inquérito sobre a Justiça

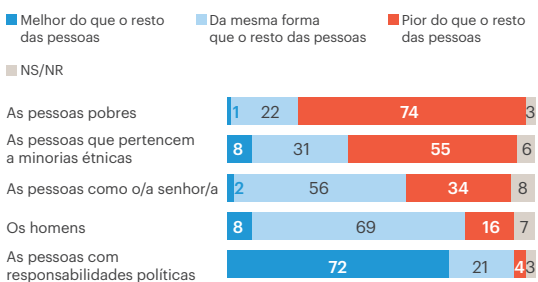
Responsabilidade pelo mau funcionamento da justiça em Portugal

Média numa escala de 0 a 10, em que 0 significa “nenhuma responsabilidade” e 10 “muita responsabilidade”. Inquiridos que consideram que o sistema de justiça funciona “mal ou muito mal”



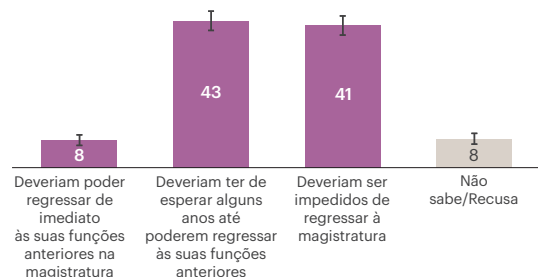
Vou referir alguns grupos sociais em Portugal e gostaria que me dissesse se acha que cada um deles é tratado pela justiça melhor, da mesma forma, ou pior que o resto das pessoas

% em relação ao total da amostra



Em Portugal, é possível juizes e procuradores serem nomeados para cargos políticos e depois regressarem à magistratura quando abandonam esses cargos. Na sua opinião, depois de deixarem os cargos políticos, o que deveriam fazer esses magistrados?

% em relação ao total da amostra



contactados 3913 lares elegíveis (com membros do agregado pertencentes ao universo) e obtidas 1207 entrevistas válidas (taxa de resposta de 31%, taxa de cooperação de 44%). O trabalho de campo foi realizado por 51 entrevistadores, que receberam formação adequada às especificidades do estudo. Todos os resultados foram sujeitos a ponderação por pós-estratificação de acordo com a frequência de prática religiosa e a pertença a sindicatos ou associações profissionais dos cidadãos portugueses com 18 ou mais anos residentes no Continente, a partir dos dados da vaga mais recente do European Social Survey. A margem de erro máxima associada a uma amostra aleatória simples de 1207 inquiridos é de +/- 2,8%, com um nível de confiança de 95%.

PUBLICO

escala (5)” e indicados por esta ordem. Depois surgem as empresas (6,0) e os cidadãos em geral são os únicos que ficam com um valor médio abaixo do ponto central (4,9).

Também Pedro Magalhães defende que “não se pode excluir que estes resultados sejam influenciados pela agenda política e mediática actual”. Destaca, contudo, que “nos últimos 20 anos os resultados do *European Social Survey* mostram que os níveis de confiança na justiça em Portugal são dos mais baixos da Europa, superando apenas claramente os encontrados na Croácia, na Bulgária e na Ucrânia”.

De facto, a maioria dos inquiridos (82%) diz que a principal fonte sobre o conhecimento que têm sobre o sector da justiça é a comunicação social, seguida pela experiência de pessoas que conhece (29%), a experiência pessoal (24%), artigos de opinião e comentadores (23%) e livros ou estudos que tenha lido (6%). A surpresa chega quando se conclui que mais de metade dos inquiridos (52%) acha que o que se passa nos casos cobertos pela *media* “é muito diferente” do que se passa no resto do sistema de justiça, 36% dizem que “reflecte bem” e 12% “não sabem”.

O inquérito, que vai ser desenvolvido e permitir comparações com outros países, cruzando resultados com um estudo espanhol, diz ainda que os inquiridos pensam sobre a evolução do funcionamento do sistema de justiça. Nos últimos cinco anos, a maioria (48%) acha que “ficou na mesma”, 38% que “piorou” ou “piorou muito”, enquanto 9% fazem a avaliação oposta. Curiosamente, se a pergunta for quanto ao futuro (“Como acha que vai evoluir o funcionamento do sistema da justiça em Portugal?”), a percentagem de pessoas que acha que “vai melhorar” ou “melhorar muito” sobe para 19%, mas os que pensam que vai “ficar na mesma” mantém-se (49%). “Ainda que o aumento não seja muito grande, as pessoas tendem a ver o futuro com mais optimismo”, comenta Isabel Flores.

Esquerda faz pior avaliação

E como se caracterizam os inquiridos face à deterioração da justiça? O estudo cruzou subgrupos como o sexo, a idade, a instrução ou o rendimento, mas a maioria deles não registou variáveis importantes. Com uma excepção: as pessoas com posicionamento ideológico à esquerda “tendem a ter uma percepção mais negativa da justiça em comparação com aqueles que se posicionam à direita”. “Nos estudos feitos noutros sectores, não é um padrão que quem é de esquerda tenha avaliação negativa. Vivemos num novo ciclo político e sabemos que quem se posiciona ideologicamente à esquerda considera que os temas da corrupção e da justiça são mais da área da direita”, comenta Isabel Flores.

Igualdade no sistema judicial

Justiça favorece políticos e magistrados deviam ter “período de nojo”

Pedro Sales Dias

Quase um terço dos inquiridos considera que os mais pobres têm um tratamento pior no sistema de justiça

O estudo de opinião sobre o estado actual da justiça feito para o Instituto para as Políticas Públicas e Sociais (IPPS) do Iscte destaca questões que tentam avaliar a percepção das relações entre a política, a sociedade e a justiça. Segundo o Relatório das Políticas Públicas 2024 – Inquérito sobre a Justiça, 74% dos inquiridos consideram que os mais pobres recebem um tratamento perante a justiça pior do que o resto das pessoas, que 55% das minorias também são tratadas desfavoravelmente e que, em contraste, as pessoas com cargos políticos (72%) são favorecidas pelo sistema judicial.

“É mais uma coisa que tem que ver com a percepção dos casos mediáticos através da comunicação social. As pessoas vêem os grandes casos de corrupção, o caso BES e outros ‘poderosos’ em processos que não andam nem desandam, ao mesmo tempo que ficam com a ideia de que quem rouba um pacote de açúcar é logo preso”, diz Isabel Flores, directora executiva do IPPS.

“Sabe-se de outros estudos, por exemplo o Eurobarómetro e outros, que a maioria dos portugueses tem uma visão muito crítica da nossa classe política, por exemplo, encarando a corrupção política como sendo um fenómeno muito preva-

lente. E, ao mesmo tempo, não têm a percepção de que a investigação e julgamento desses casos seja eficaz e resulte em tantas condenações como deveria. Talvez essa ideia de alguma impunidade – certa ou errada, não me cabe avaliar – esteja por detrás da percepção de que o tratamento que os políticos recebem por parte da justiça seja mais favorável do que sucede com a maior parte dos cidadãos”, contextualiza também um dos coordenadores do estudo e investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Pedro Magalhães.

Neste inquérito, Relatório das Políticas Públicas 2024 – Inquérito sobre a Justiça, 60% das pessoas também disseram acreditar que os juizes e procuradores são pressionados pelos governos e cedem a essas pressões com muita ou alguma frequência, que são pressionados e cedem também na mesma medida por partidos da oposição (52%), por presidentes da República (48%), grupos económicos e sociais (58%) e pela comunicação social (63%).

E será que os magistrados que são nomeados para cargos políticos deveriam depois esperar alguns anos para regressar às suas funções anteriores? Entre os inquiridos, 43% acham que sim, defendendo um “período de nojo”. Já 41% vão mais longe e dizem que deveriam ser impedidos de regressar. Só 8% dizem que poderiam regressar de imediato e outros 8% não sabem. “Impedir mesmo o regresso parece-me demasiado punitivo, mas os 43% que defendem o período de nojo são uma parte substancial. É aqui que acho que o estudo deixa um desafio para a sociedade e para o poder político. Este ponto merece reflexão para uma possível alteração legislativa”, sugere Isabel Flores.

De resto, a maioria dos inquiridos (73%) não acredita que algum partido tenha melhores respostas do que outros para os problemas da justiça. Entre outras forças, destaca-se o Chega, com 6%. “É pouco mais do que os restantes partidos. E acontece, porque é um partido que capitaliza o tema da corrupção e dos problemas na justiça”, acrescenta.

Os inquiridos dizem ainda que as investigações à corrupção e ao tráfico de influências são sempre feitas com “demasiado alarido na comunicação social”.



49% dos inquiridos não esperam melhorias na justiça

Justiça funciona mal e a culpa é dos juízes, procuradores e governos

Estudo do IPPS-Iscte, que ouviu 1207 pessoas, revela que a justiça favorece políticos e magistrados

A justiça "funcional mal" ou "muito mal" e os principais responsáveis por isso são os juízes, os procuradores

do Ministério Público e os governos. Esta é a avaliação dos inquiridos num estudo de opinião sobre o estado da

justiça feito pelo Instituto para as Políticas Públicas e Sociais do Iscte. O relatório revela que o mau funcio-

namento é apontado por 74% dos inquiridos e que a morosidade, a falta de eficácia e a incapacidade de

evitar julgamentos na praça pública são os aspectos que merecem pior nota *Política, 12/13 e Editorial*